

# "DIÁLOGOS PLURIEPSTÊMICOS: das (im)possibilidades de uma prática pedagógica intercultural insurgente no PROETNOS/UEMA" <sup>1</sup>

Marivania Leonor Souza Furtado (UEMA/DAN/UnB)

**Palavras-chave:** Pluriepistemologias. Interculturalidade insurgente. PROETNOS/UEMA

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de escolarização dos povos originários do território brasileiro tem, historicamente, sido marcado por intencionalidades homogeneizadoras e assimilacionistas (sobretudo nos primeiros séculos da colonização), integracionistas (do início do período republicano até a promulgação da chamada Constituição Cidadã) e pluralistas, quando, na atualidade, assume as pautas por respeito à diversidade étnica, linguística e territorial apresentadas pelos movimentos indígenas e garantidas, ainda que formalmente, no texto constitucional vigente.

Embora a escola seja uma instituição centrada nos parâmetros ocidentais, quanto à organização dos saberes e a de formação dos indivíduos para o projeto da sociedade capitalista, nas aldeias indígenas tem sido reivindicada para garantir um diálogo mais simétrico com a sociedade envolvente. Nesse sentido, para Baniwa (2003) a formação escolar e universitária é também almejada para o enfrentamento dos novos tempos difíceis da política indígena e indigenista<sup>2</sup> difusa, confusa e ameaçadora dos direitos indígenas.

No Estado do Maranhão, a política educacional para os povos indígenas tem tomado um caminho que exige um olhar reflexivo. No caso desta proponente da pesquisa, figura-se como um desafio auto reflexivo, uma vez que tenho acompanhado, de “muito perto”, o desenrolar das políticas de implementação de uma educação escolar “específica e diferenciada”, tanto no nível básico (pois atuei como gestora da política de educação escolar indígena na SEDUC/MA), quanto no nível superior. Atualmente coordeno o Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica –PROETNOS na Universidade Estadual do Maranhão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34 Reunião Brasileira de Antropologia, 2024

<sup>2</sup> A primeira é implementada pelos próprios indígenas, a segunda é para os indígenas.

As políticas de formação de docentes indígenas no Maranhão revelam, e ao mesmo tempo escondem, o tipo de relação que a instituição jurídico-política, definida como Estado moderno, desenvolve com os povos originários neste Estado.

Em 1996, quando da minha gestão na Coordenação da Educação Escolar Indígena da SEDUC/MA, iniciou-se a primeira turma para o Magistério Indígena no Maranhão. Essa iniciativa foi uma das primeiras experiências no Brasil<sup>3</sup> e respondia aos protocolos definidos pelas Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena de 1993 e às determinações da LDBEN de 1996. A proposta pedagógica do Curso do Magistério Indígena foi elaborada por um grupo de pesquisadores e pesquisadoras, militantes da causa indígena, técnicos e técnicas dos órgãos oficiais afetos às pautas indigenistas.

No contexto de implementação dessa primeira turma do Magistério Indígena, eu participava do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, como representante “técnica das Secretarias de Educação”, por meio do assento do CONSED, o que me permitiu dialogar com diversos “especialistas” da educação escolar indígena (linguistas, pedagogos/as, antropólogos/as, geógrafos/as, historiadores/as, dentre outros).

Como coordenadora da execução da primeira turma do Magistério Indígena me cerquei de alguns desses e dessas especialistas<sup>4</sup> para atuarem como consultores/as, docentes formadores/as e avaliadores/as, qualificando assim a proposta do curso e me qualificando enquanto coordenadora, não indígena, de um processo tão potente quanto o que ocorria no Maranhão, e mesmo no Brasil: formar os próprios indígenas para assumirem a escolarização em suas aldeias.

Devido aos trâmites burocráticos da SEDUC, o que já expressa a tensa relação entre as demandas por políticas específicas e diferenciadas e a condução destas políticas por uma instituição voltadas para a homogeneização, a primeira turma do Magistério Indígena foi concluída em 2002. Nessa primeira turma foram formados/as mais de 150 indígenas com habilitação para assumir os processos iniciais de escolarização nas escolas das aldeias do Maranhão.

Dez anos após a conclusão dessa turma, em 2012 integrantes da sociedade civil, movimentos indígenas, universidades, ONGS e representantes do poder público

---

<sup>3</sup> Como experiência primeira de Magistério Indígena assumido institucionalmente, na década de 90, temos o Projeto Tucum da UNEMAT. Além dessa universidade, a UFRR, a PUC-GO, dentre outras, iniciaram processos de formação de docentes indígenas em nível médio e início da discussão para o nível superior.

<sup>4</sup> Aldir Santos de Paula, Terezinha Machado Maher, Lídia Poleck, Maria do Socorro Pimentel, Vera Olinda Sena, Suzana Grillo, Luis Donisete Grupioni, dentre outros/as.

constituíram um Grupo de Trabalho Indígena – GTI - para atualizar junto à SEDUC a pauta por formação de docentes indígenas para as escolas nas aldeias. Como resultado dessa mobilização, a SEDUC solicitou da UEMA parceria para implementar um Curso de Licenciatura para Educação Escolar Indígena.

Em resposta a essa solicitação, a UEMA apresentou uma proposta de Licenciatura Intercultural, a fim de formalizar a parceria com a SEDUC. Embora compromissos verbais públicos explicitassem acordo de cooperação técnico-financeira entre as duas instituições, a SEDUC alegou falta de dotação orçamentária para financiar o Curso, o que impeliu à UEMA viabilizar a Licenciatura Intercultural Indígena com recursos próprios.

Mais uma vez, expressando a falta de priorização das demandas específicas e diferenciadas, somente no ano de 2016, vinte anos após o início da primeira turma do Magistério Indígena no Maranhão, inicia-se, através da UEMA, uma primeira turma de Licenciatura Intercultural para atender a formação de docentes indígenas para assumirem a escolarização em suas aldeias.

A primeira turma do Curso de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena – LIEBI/UEMA teve sua conclusão em 2022, qualificando assim, em nível superior, 56 indígenas das etnias Tenetehar/Guajajara, Krikati, Kanela Mermonturé e Pyhcop Catiji. Com o êxito da primeira turma da LIEBI e pela reivindicação de lideranças indígenas e seus parceiros, a UEMA decidiu ampliar o Curso, criando, no âmbito de suas esferas institucionais, um Programa Especial voltado para a formação de Docentes Indígenas e Quilombolas para atender o processo de escolarização nas aldeias e quilombos.

A experiência pioneira da Licenciatura Intercultural Indígena no Estado do Maranhão, implementada pela UEMA, bem como a execução do Programa PROETNOS, em andamento, se mostram como campo fértil para uma discussão sobre os limites e possibilidades dos diálogos pluriespítêmicos e de uma interculturalidade, para além das meras traduções dos saberes indígenas às lógicas disciplinares científicas eurocentradas.

Diante desse contexto, esta proposta de estudo parte da indagação sobre as implicações das concepções de interculturalidade e diálogos pluriepstêmicos apresentados como diretrizes político-pedagógicas para a implementação de Licenciaturas Interculturais Indígenas vinculadas ao Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica – PROETNOS da Universidade Estadual do Maranhão.

Enquanto gestora do processo em análise, esta pesquisa pretende também colocar em suspense as bases de certezas prévias, características das conduções ancoradas em aparatos formais (projetos pedagógicos, resoluções, diretrizes) e possibilitar uma autorreflexão, mediada pelo olhar de uma orientação de dentro e de fora da moldura eurocêntrica, a partir de uma proposta antropológica em colisão epistêmica com a antropologia neo colonial.

### **FIOS QUE TECEM A REFLEXÃO ETNOGRÁFICA**

O principal fio da linha a ser seguido para a tessitura da autorreflexão proposta, a partir da situação problema sobre a qual esta pesquisa se debruça, é a da etnografia do/nos interstícios. Além desta proposta teórico-metodológica produto e produtora das inserções da prática de pesquisa do grupo de estudos pesquisa e extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades – LIDA/UEMA, que será detalhada em seguida, tomarei também como *bastidor* para a abordagem (auto)crítica dos processos pedagógicos inseridos no PROETNOS/UEMA os conceitos interculturalidade, pluriepistemologias e coalisões epistêmicas. Sob o pano de fundo dos estudos decoloniais, pretendo tecer esta manta analítica.

Como dito anteriormente a *etnografia nos interstícios* nos permitirá a trama da abordagem aqui pretendida. A etnografia nos interstícios é uma proposta metodológica que nasce e corre (como um rio pequeno, tributário de grandes rios), das andanças, lidas e fazeres do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdades e Diversidades-LIDA/UEMA. Atuando com a mediação de direitos entre quilombolas e o poder público, educação popular e formativa em contexto quilombola, pesquisa e extensão com indígenas, camponeses, *compartilhantes* (Bispo dos Santos, 2023) das periferias das cidades e de territórios étnicos, o LIDA concebeu e tem gestado a etnografia nos interstícios.

Essa metodologia se insurge enquanto uma “atitude decolonial” (Oliveira e Lucine (2021:99); ou seja “*é o ‘grito de espanto’ que ocorre (...) frente ao horror da colonialidade em busca de mudanças quanto às colonialidades do saber, do ser e do poder*”.

Enquanto atitude decolonial, entendemos<sup>5</sup> a *etnografia nos interstícios* (FURTADO;CARDOSO; FEREEIRA, 2023) como uma metodologia que não aparta a intervenção (o que a academia ocidental definiria como extensão) da investigação (que seria a pesquisa acadêmica, nos moldes ocidentais). Ao contrário disso, esse fazer etnográfico elabora a sua possibilidade reflexiva, ou melhor autorreflexiva, exatamente nessa intersecção entre a produção da realidade social por quem a pratica e a analisa, dialeticamente.

Associada a essa metodologia decolonial, nos apropriaremos de conceitos/construtos analíticos propostos por autores/as que tem travado, no campo acadêmico e junto aos movimentos sociais, lutas contra o epstemicídio das racionalidades não eurocentradas, trazendo à tona ferramentas para a produção de uma reflexão contracolonialista (Bispo dos Santos,2023) e pluriespistêmia (Baniwa,2023).

Para o intelectual quilombola Bispo dos Santos:

Os indígenas viviam no Brasil em um sistema de cosmologia politeísta. Viviam integrados cosmologicamente, não viviam humanisticamente. Chegaram então os portugueses com as suas humanidades, e tentaram aplica-las às cosmologias dos nossos povos. Não funcionou. Surgiu assim o contracolonialismo. O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. (BISPO DOS SANTOS, 2023;36).

A abordagem pluriépstêmica, proposta pelo antropólogo Gersem Baniwa, nos foi compartilhada em uma aula/palestra ministrada (na oralidade) pelo autor em 2023, num encontro acadêmico, político e cultural promovido pelo PROETNOS. Nessa oportunidade, destacou a necessidade de combater a centralidade epistemológica eurocentrada, ancoradas nas estruturas de poder da “Bíblia”, da “Bala” e da “Filosofia”.

Esse autor também nos convoca a pensar processos formativos de docentes indígenas, nos quais a escola seria uma estratégia para manejo do mundo. Como afirma:

É preciso pensar a educação escolar ou universitária de indígenas na perspectiva de uma possibilidade ou capacidade de manejo do mundo que também implica na necessidade de, a partir deste manejo cósmico, domesticar o mundo humano dominante e hostil da escola e da universidade, do ponto de vista indígena. (BANIWA, 2019;15)

---

<sup>5</sup> O verbo está no plural exatamente para enfatizar a autoria coletiva da proposta da etnografia nos interstícios, como metodologia desenvolvida pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades – LIDA/UEMA.

Adotaremos também, no estudo ora proposto, os conceitos de coalisão epistêmica (Muniz, 2023) e interculturalidade insurgente (Furtado,2023). Sendo que este último será desenvolvido pela pesquisadora proponente deste estudo, ao logo da experiência de inserção, observação, autorreflexão no trabalho de campo. Nossa proposta pretende (des)localizar e ampliar a perspectiva da interculturalidade apresentada por Walsh (2019), que em diálogo com os movimentos indígenas do/no Equador, define a interculturalidade como um pensamento que se propõe a uma configuração conceitual “outra”:

Em primeiro lugar, porque provém de um movimento étnico-social mais do que de uma instituição acadêmica; depois, porque reflete um pensamento que não se baseia nos legados coloniais eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade; e, finalmente, porque não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento acadêmico, ou seja, do norte global.(WALSH, 2019;10)

Para Muniz (2023) a coalisão epistêmica resulta do diálogo simétrico e respeitoso, nos processos formativos de docentes indígenas, nos quais os saberes do mundo ocidental (representados nas práticas dos/as docentes formadores/as e das “disciplinas” constantes nos Cursos) não se sobreponham e/ou silenciem as epistemologias indígenas. Antes o contrário, determina aos não indígenas o compromisso de atuarem enquanto parceiros no processo de construção dos “saberes acadêmicos” dos indígenas inseridos nas Licenciaturas Interculturais. Afirma:

Entendo que esse movimento (coalisão epistêmica) não deva se dar como uma via de mão única, ou seja, não se trata apenas de esperar que os acadêmicos indígenas empreendam esse processo por conta própria e tenham êxito nessa ‘missão’. (MUNIZ, 2023;190)

A autorreflexividade aqui proposta é fruto das minhas intervenções como docente da disciplina de Práticas Curriculares na Dimensão Educacional e Escolar nos Cursos de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza (Prática Curricular na Dimensão Educacional) e Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências Humanas (Prática Curricular na Dimensão Escolar).

**JUNTANDO OS AROS DO *BASTIDOR*: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE ÉTNICA DO MARANHÃO - PROETNOS**

O PROETNOS, como dito anteriormente, é um Programa de Formação de Docentes implementado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA que objetiva *“formar e qualificar professores para assumir os processos de escolarização nos territórios dos povos e comunidades tradicionais no Estado do Maranhão.”* (UEMA,2021:35).

No texto apresentado aos Conselhos Superiores da UEMA em 2021 para a aprovação do referido Programa estão definidos além, dos objetivos já expostos acima, a justificativa e os princípios político-pedagógicos do PROETNOS.

Como justificativa o texto afirma:

A formação docente, por meio de licenciaturas específicas, para atender a esses grupos culturalmente diferenciados se mostra necessária uma vez que estes possuem formas próprias de organização social e ocupam tradicionalmente territórios que lhes permitem formas próprias de criar, viver e existir. (UEMA, 2021:9)

Destaca que o PROETNOS tomará como pressuposto político pedagógico os próprios saberes gerados e transmitidos pelos povos e comunidades tradicionais, cujas bases epistemológicas devem fundamentar a aquisição de outros conhecimentos (aqui especificamente os ocidentais em suas formulações disciplinares), a fim de sejam possibilitadas decisões politicamente orientadas sobre a gestão e autonomia de seus territórios. (Cf. UEMA, 2021:9)

Ainda no texto do Projeto Político Pedagógico do Programa PROETNOS são elencados os seus princípios; quais sejam:

- A complementariedade de saberes e não a substituição ou hierarquia de conhecimentos referidos na lógica ocidental.
- A simetria de saberes, que permitam um diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os universalmente produzidos.
- O reconhecimento da diferença como pressuposto básico para a implementação da igualdade em todos os âmbitos.
- O respeito aos processos próprios de ensino e aprendizagem, bem como das estratégias específicas de avaliação.
- O aprimoramento da leitura e da competência da escrita sem desvalorizar a tradição da oralidade.
- A articulação do saber em diferentes espaços de formação (comunidades, movimentos sociais, instituições formadoras, dentre outros).
- O diálogo de racionalidades distintas, visando o bem viver. (Cf. UEMA, 2021:9)

Embasados nesses princípios foram elaborados os Projetos Políticos

Pedagógicos dos Cursos inseridos no Programa PROETNOS. Inicialmente, o Programa estava previsto somente para ampliar a oferta de Licenciaturas Interculturais Indígenas no Maranhão, ofertando novas turmas nos *campi* da UEMA em cujas sedes do interior circunscrevem-se territórios indígenas. Entretanto, devido a militância da docente comissionada para a elaboração da proposta do Programa, também foi incluída uma Licenciatura em Educação Quilombola, cuja experiência seria pioneira no Maranhão e, provavelmente no Brasil, pois assim como para os povos indígenas, para as comunidades quilombolas elaborou-se um Projeto Pedagógico de Curso específico e diferenciado às realidades das comunidades quilombolas do Maranhão.

Após a aprovação do Programa PROETNOS nos Conselhos Superiores da UEMA, os Cursos a ele inseridos também foram devidamente institucionalizados, tendo seus Projetos Pedagógicos Específicos e Diferenciados aprovados no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da UEMA, sendo homologado pelo Conselho Superior Universitário - COSUN da UEMA no final de 2021. Após esse trâmite institucional e a realização de um processo seletivo também específico e diferenciado, exclusivo para candidatos/as quilombolas e indígenas, o Programa PROETNOS garantiu o início dos Cursos em abril de 2022.

Foram inseridos/as nos Cursos do PROETNOS um total de 120 estudantes, sendo estes 90 indígenas e 30 quilombolas. Cada Curso ofertou um total de 30 vagas, assim distribuídas: Curso de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências Humanas (ofertado no Campus de Barra do Corda/MA), Curso de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Linguagem (ofertado no Campus de Grajaú/MA), Curso de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza (ofertado no Campus de Santa Inês/MA) e Licenciatura em Educação Quilombola (ofertado no Campus de São Bento/MA).

As Licenciaturas Interculturais Indígenas atendem, inicialmente, a dois povos indígenas no Maranhão, dos dez oficialmente reconhecidos, sendo estes os Kanela Mermonturé e os Tentehar/Guajajara. A inserção somente desses povos deve-se a vários fatores, dentre os quais destaco: a proximidade do campus da UEMA a territórios desses povos, a falta de reconhecimento do ensino médio nas aldeias o que implica numa exclusão de egressos/as indígenas que estariam aptos/as a ingressarem no ensino superior, a estrutura de funcionamento dos Cursos sendo regulares aos finais de semana, o que implica em deslocamento sistemático dos/as cursistas à sede da UEMA,



dentre outros.

Atualmente novas turmas dos Cursos do PROETNOS serão abertas, ainda em 2024, e ocorrerão nos próprios territórios, onde se verificam estruturas de escolas com condições favoráveis à implementação de ensino superior específico e diferenciado. Outras etnias e segmentos étnicos também serão acrescentados às novas turmas do PROETNOS.

Os Cursos do PROETNOS iniciados em 2022 já estão no sexto período de execução dos 10 previstos para sua integralização. Entre as “disciplinas” que compõem a matriz curricular dos Cursos, consta como componente curricular, obrigatório e comum a todas as Licenciaturas, a Prática Curricular em suas três dimensões: na dimensão político social (sendo a primeira a ser ministrada), na dimensão educacional (ministrada em seguida) e por fim a prática na dimensão escolar. Cada um desses componentes é ofertado em um período distinto, iniciando pelo segundo período do Curso, indo até o quarto período de Curso.

Esta reflexão atem-se às experiências desta pesquisadora ao ministrar a disciplina de Práticas Curriculares nas turmas das Licenciaturas Interculturais para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza (UEMA em Santa Inês) e Ciências Humanas (UEMA em Barra do Corda).

## **DAS PRÁTICAS CURRICULARES E OS PROCESSOS INTERCULTURAIS INSURGENTES NO PROETNOS/UEMA**

Ao assumi a disciplina de Práticas Curriculares o principal desafio a ser enfrentado seria a articulação dos princípios político pedagógicos do Programa às expectativas de um “modelo” de aula que as turmas já haviam construído em todo o processo de escolarização vivenciado em suas aldeias. Isso, pois embora egressos/as de “escolas indígenas”, verifica-se que a maioria das escolas nos territórios indígenas são assumidas por não indígenas, sobretudo no Ensino Médio.

As experiências dos/as estudantes indígenas que chegam aos Cursos do PROETNOS denunciam um modelo de aula centrado na exposição de conteúdos, relacionados à epistemologia ocidental e sobrepostos aos conhecimentos indígenas.

Ao trabalharmos textos de forma dialogada, a través de oficinas de leitura e com a orientação de construção de perguntas/indagações e aplicações dos conteúdos, inicialmente verifiquei uma certa resistência aos processo, pois o entendimento era de

que “aquilo não era aula”, ou mesmo dúvidas e questionamento do tipo “que horas a aula iria começar mesmo”...Entretanto, com o passar dos encontros (são três encontros presenciais e mais cinco de orientação remota) as turmas foram se apropriando tanto do “modelo de aula”, quanto do conteúdo trabalhado.

Registro aqui as devolutivas das turmas quanto àquilo que estou entendendo como um processo de insurgência epistêmica potencializada nas aulas de Práticas Curriculares nas turmas do PROETNOS.

Na turma de Ciências da Natureza apresentei como exigência para conclusão das atividades e aferição de notas um seminário de apresentação das pesquisas realizadas ao longo da disciplina. Com o auxílio de slides, cada equipe fazia a exposição em 30 minutos dos resultados alcançados. Eram cinco equipes. Percebi que nas duas primeiras equipes, mesmo com o auxílio dos slides cada integrante da equipe falava todo o trabalho sem atentar para “os tópicos” ou “partes” do trabalho. Chamei a atenção para que cada integrante ficasse somente com um tópico, pois isso seria mais “didático”.

A equipe seguinte “atendeu” ao meu “comando”, mas após todas falarem, uma integrante, que também é uma liderança indígena da região, falou “a parte dela”, mas também todo o conteúdo que estava e não estava no texto.

Observei com “essa atitude contra colonial” dela que, primeiro, a “dificuldade” em apresentar partes, evidencia que os conhecimentos indígenas não são compartimentalizados como os ocidentais, portanto tanto na elaboração do texto quanto na sua exposição. Segundo havendo um domínio total de cada cursista sobre o conhecimento produzido, todas as pessoas da equipe inevitavelmente apresentarão suas reflexões, não podendo ser delegado para outrem aquilo que foi experienciado de forma particular. O conhecimento terá em cada integrante centralidade, ainda que a forma ocidental indique o contrário, que cada uma deveria falar só a sua parte.

Na turma de Ciências Humanas trabalhamos, de forma dialogada, um texto de François Vergé sobre o conceito de epistemicídio. O mais interessante nessa atividade foi que cada equipe deveria pontuar no texto de referência suas dúvidas. O conceito de epistemicídio não foi o mais pontuado e sim a turma queria entender o seu inverso, ou seja; perguntavam o que significava “justiça epistêmica”. Esse tema nos envolveu por toda uma tarde de ricos compartilhamentos.

Após a conclusão da disciplina, ocorreu no Campus de Barra do Corda a diplomação da primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena e naquela oportunidade, um dos estudantes da turma atual, que participou das minhas aulas em

Práticas Curriculares, fez um discurso naquela cerimônia de diplomação e acentuou o seguinte: “ nos estamos aqui como indígenas, fazendo esse curso superior para lutar por nossos direitos, nós não queremos mais que os não indígenas falem, escrevam sobre nós. Nós queremos ser protagonistas nas nossas escolas...nós estamos aqui lutando por *justiça epistêmica!*”

Percebi que a atividade formativa naquelas aulas de Práticas Curriculares foi muito bem aplicada num contexto em que estavam os gestores da UEMA, representantes do poder público municipal e lideranças indígenas de diversos povos. Todos foram impactados com a insurgência de um saber em processo de interculturalidade. Inclusive eu, afinal cada docente pode até ter o controle do que ensina, mas nunca da potência de como o apreendido vai ser aplicado.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências de uma fazer etnográfico nos interstícios tem me possibilitado uma escuta atenta das “respostas” que os cursistas do PROETNOS tem dado às práticas pedagógicas propostas, não somente na minha “disciplina”, mas também nas demais que são integrantes das matrizes curriculares da cada Curso, pois após cada semestre concluído a equipe de Coordenação Pedagógica do Programa se desloca aos campi para “ver, ouvir e escrever” as reflexões dos/as Cursistas de cada Licenciatura.

Entender um fazer Programa de Formação de Docentes para a Diversidade Étnica e colocar em questão os próprios limites de um diálogo intercultural, pois ao mesmo tempo em que se entende que a interculturalidade não é um produto, mas um princípio a ser seguido e construído, não raro a experiência docente tende aos “comandos”, modelos e formas...ocidentais.

Por outro lado, ainda que essa centralidade de uma forma ocidental de concepção de ensino se manifeste, tem sido tensionada pelos/as próprios/as cursistas que borram os enquadramentos limitantes de uma didática ocidental e se insurgem, nos próprios termos acadêmicos para confrontar e reivindicar direitos e que suas epistemologias sejam respeitadas.

Na caminhada por diálogos pluriépistêmicos temos no PROETNOS uma boa trilha, principalmente se os princípios elencados em seu texto oficial continuarem ganhando vida, nas vidas/corpos territórios que por ele tem se movimentado.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem J.S.L. **Educação indígena no país e o direito de cidadania plena** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 345-357, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação para manejo do mundo.** Revista Articulando e Construindo Saberes. Goiânia. v.4 p. 1 -17. 2019.

\_\_\_\_\_. **Por uma educação pluriepstêmica: diversidade de ser(es), saberes e fazeres não coloniais**". Palestra proferida no II Encontro Acadêmico, Político e Cultural do PROETNOS e IX Encontro em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades. São Luís. 31 de agosto a 03 de setembro de 2023. Comunicação Oral.

FURTADO, Marivania Leonor Souza; CARDOSO, Joelson de Jesus; FERREIRA, Daísa Furtado. **Política de educação escolar indígena: uma etnografia nos interstícios sobre a experiência no Maranhão.** Artigo aceito para publicação na Revista PRACS. 2023

MUNIZ, Sérgio César Correa Soares. **Eu queria ver o mar e tô batendo cabeça: (auto)reflexividades sobre a educação superior indígena na/da UEMA.** Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Ciências Sociais (PPGCSoc), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís. UFMA.2023

OLIVEIRA, Elizabete de Souza, LUCINI Marizete. **O pensamento decolonial: Conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência.** Boletim historiar Vol 08, nº01 Jan/ Mar 2021 p. 97-115.

OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo.** 15 ed. São Paulo: Unicamp/Paralelo, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica – PROETNOS. São Luís: UEMA. 2021

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo, Ubu Editora, 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial.** Pelotas: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). V. 05. N. 1, Jan.-Jul., 2019.